Um relato de experiência sobre movimentos sociais e arquivos: Mulheres e suas memórias de luta

Ana Laura BONINI RODRIGUES DE SOUZA[32]
Roberta PINTO MEDEIROS[33]
Flávio LEAL DA SILVA[34]

Resumen: Este relato de experiência é fruto dos resultados obtidos a partir da realização do V Encontro Nacional de Arquivos e Movimentos Sociais, que ocorreu como um Encontro Paralelo no IX Congresso Nacional de Arquivologia. Tal proposta consistiu em dar continuidade aos diálogos que, a partir das experiências das pessoas, dos Movimentos Sociais e dos estudiosos em diferentes áreas do conhecimento, permite-nos, compreendendo os documentos como artefato cultural que classifica sujeitos e conhecimentos, estabelecendo direitos e deveres, mapear e diagnosticar as tensões, demandas, atores e objetos, que viabilize estratégias de interlocução do campo dos Arquivos com os Movimentos Sociais em suas múltiplas possibilidades. A proposta teve como objetivo principal a ampliação dos diálogos com a sociedade, em especial com os Movimentos Sociais, na consolidação das funções sociais dos Arquivos, sobretudo decorrentes de suas dimensões burocráticas que nos permitem levar a efeito as obrigações administrativas dos poderes públicos, cobrando-lhes inclusive qualidade, eficiência e eficácia, mas também dar visibilidade aos profissionais que, com suas responsabilidades técnicas de gestão de documentos, são fundamentais na viabilização do exercício pleno e diferenciado das cidadanias e de uma sociedade mais justa e consciente. Para isso, estabeleceu-se uma discussão composta pela mesa, pelas entrevistadas e pelos participantes presentes. Considerando que os Movimentos Sociais caracterizam-se, predominantemente, marginalizados na sociedade, e sendo os documentos, os arquivos e os arquivistas ignorados enquanto instrumentos obrigatórios em nossas práticas de organização do Estado, como contribuir para a construção de uma consciência sobre as vantagens de termos um maior entendimento da lógica de funcionamento da burocracia estatal e assim como um maior cuidado com os documentos enquanto instrumentos garantidores de nossas cidadanias, de políticas públicas mais efetivas e mais próximas de nossas realidades com base em informações que, produzidas pela própria administração pública, revestem-se de uma credibilidade social que, embora inconsciente, entendemos como fé pública.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Memória; Mulheres; Arquivos.

[32] Doutoranda em Educação na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília. São Paulo (SP). Brasil. ORCID: 0000-0002-2668-5891. E-mail: ana.bonini@unesp.br.
[33] Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande. Rio Grande do Sul (RS). Brasil. ORCID: 0000-0003-0012-7792. E-mail: roberta.furg@gmail.com.
[34] Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente da Univrsidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ). Brasil. E-mail: fleal@unirio.br.

An experience report on social movements and archives: women and their memories of struggle

Abstract: *This experience report is the result of the results obtained from the V National Meeting of Archives and Social Movements, which took place as a Parallel Meeting at the IX National Congress of Archival Science. This proposal consisted of continuing the dialogues that, based on the experiences of people, Social Movements and scholars in different areas of knowledge, allow us, understanding documents as a cultural artifact that classifies subjects and knowledge, establishing rights and duties, mapping and diagnosing tensions, demands, actors and objects, which makes possible strategies for dialogue between the Archives field and Social Movements in their multiple possibilities. The proposal had as its main objective the expansion of dialogues with society, especially with the Social Movements, in the consolidation of the social functions of the Archives, mainly due to their bureaucratic dimensions that allow us to carry out the administrative obligations of the public authorities, charging them with including quality, efficiency and effectiveness, but also to give visibility to professionals who, with their technical responsibilities of document management, are fundamental in enabling the full and differentiated exercise of citizenship and a fairer and more aware society. For this, a discussion was established consisting of the table, the interviewees and the participants present. Considering that Social Movements are predominantly marginalized in society, and documents, archives and archivists being ignored as mandatory instruments in our State organization practices, how can we contribute to building awareness about the advantages of having a greater understanding of the logic of functioning of the state bureaucracy and as well as greater care with documents as guaranteeing instruments of our citizenship, of more effective public policies and closer to our realities based on information that, produced by the public administration itself, cover It relies on a social credibility that, although unconscious, we understand as public faith.*

Keywords: *Social Movements; Memory; Women; Archives.*

Introdução

O relato de experiência que apresentamos neste artigo resulta da proposta de diálogos conscientemente interdisciplinares, a partir de memórias de mulheres participantes de movimentos sociais feministas, as quais, além de militantes de referidos movimentos, mas que também são elas mesmas estudiosas da temática que aborda mulheres e feminismos, nas quais, e como tais, vivenciam. Consequentemente, isso reflete em suas pesquisas e em suas memórias enquanto mulheres e lugares de fala. Assim, com base nas teorizações sobre a operação histórica de De Certeau (1995), demarcamos os lugares de fala das aludidas mulheres como militantes de movimentos sociais feministas, estudiosas e pesquisadoras na área que vivem, e que as envolvem, como "as memórias de mulheres". Dessa maneira, pensando o "o papel social dos arquivos", que é viabilizado a partir do tratamento técnico de organização de documentos levado a efeito pelas(os) profissionais Arquivistas, mostra-se de suma importância aos movimentos sociais, e, especificamente nos feministas, já que esses documentos, originariamente produzidos como formalidades administrativas dos poderes públicos e dos movimentos sociais formais, ou testemunhando eventos organizados sem as amarras administrativas, não só podem nos permitir leituras de diferentes interesses disciplinares, como também são considerados como fontes históricas para e sobre os mencionados movimentos.

As experiências das mulheres militantes feministas e pesquisadoras que aqui relatamos, mas também das pessoas que tiveram e terão acesso aos registros do nosso encontro, embora decorram de muitas outras experiências vivenciadas como mulheres nos movimentos sociais feministas, de forma individualizadas ou coletivas, e de contextos muito distintos que pertencem a cada uma delas, estão, de alguma maneira, demarcadas na data de 03 de maio de 2022 em Florianópolis, mais especificamente quando, no V Encontro Nacional de Arquivos e Movimentos Sociais, um dos eventos paralelos do IX Congresso Nacional de Arquivologia, criou-se a possibilidade de diálogos mais amplos com diferentes segmentos da sociedade nacional.

Naquela oportunidade, em razão da conjuntura pandêmica e política desfavorável, e porque não dizer de criminalização das ciências, em especial as Humanas e Sociais, como estratégia d organização para que nossas falas fossem possíveis, apresentamos vídeos de diálogos abordando as vivências de existir como mulher nos movimentos

sociais feministas do Brasil, entre a ativista feminista e política Maria Amélia de Almeida Teles e a professora Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo.

E ampliando o debate com relação aos movimentos sociais, proporcionando um diálogo interdisciplinar quando, em outro vídeo, Isabela Costa, Arquivista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, propôs, a partir de seu doutoramento em Ciência da Informação, um olhar mais atento sobre as dimensões políticas e sociais decorrentes das atividades técnicas de gestão de documentos e a necessidade de nossa maior aproximação junto aos Movimentos Sociais.

Inicialmente, importa ressaltar que as mulheres que se dispuseram a participar do V Encontro Nacional de Arquivos e Movimentos Sociais, oportunizando não só que suas memórias fossem refletidas em conjunto com as debatedoras e os congressistas presentes, mas também enfatizando a importância da divulgação das reflexões e trocas como amplificadoras das propostas e conhecimentos que, tendo circulado no dia do evento, são perfeitamente capazes de serem compreendidos e aplicados no cotidiano dos sujeitos e dos movimentos sociais.

Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha Teles, é militante política e feminista. E como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na década de 1970, foi presa e torturada. Observa Amelinha, que a maioria dessas torturas foram realizadas pelo então major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra (comandante do DOI-Codi de São Paulo). Atualmente Amelinha está na direção da União de Mulheres de São Paulo, e coordena o Projeto Promotoras Legais Populares, além de ser integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".[35]

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo[36] é professora assistente efetiva da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e coordena o grupo de estudos Núcleo de gênero e diversidade sexual (NUDISE) na Unesp/Campus de Marília –SP. A professora, que ministrou aulas na rede pública de Educação Básica no Estado de São Paulo, é uma militante de movimentos sociais de Direitos Humanos e feminista.

[35] Saiba mais sobre quem é Amelinha Teles em: https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/

[36] A formação completa da professora Tânia está disponível em seu currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/2632812623662636

Isabela Costa da Silva é arquivista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde atua como gerente de gestão de documentos no Arquivo Central[37], é doutora em Ciência da Informação, coordenou o Projeto de Extensão que buscou aproximar os conhecimentos técnicos da Arquivologia, com as demandas sociais de acesso aos documentos e informações públicas como instrumentos para o exercício da cidadania.

Essas três mulheres, em diferentes gerações, demonstraram, em suas falas, pelo fato de serem mulheres, as dificuldades encontradas no cotidiano tanto dos movimentos sociais quanto nos espaços institucionais nos quais circulam. Referidas dificuldades são de cunho de uma cultura machista existente, em outras palavras, essas privações advém do fato de serem mulheres e buscarem por melhores oportunidades de vida, mais liberdade e direitos. Nesse sentido reiteraram em suas falas a necessidade da presença feminina nos movimentos sociais feministas e na Academia, espaços de cunho pedagógico e político, de forma a garantir coletivos mais plurais, representativos e democráticos na efetivação de maior justiça social às minorias de direitos, dando-lhes lugar de discussão com diferentes "vozes" de experiências e variadas intersecções de raça/etnia, classe, geração, entre outras, e possibilitando "[..] diálogo e indagações sobre aspectos que envolvem a vida cotidiana, possibilidade de colocar em pauta valores sociais e culturais vivenciados por pessoas esquecidas socialmente pelas detentoras de poder [...]" (SOUZA, 2021, p. 20), oportunizando reflexões abrangentes a partir dos espaços profissionais, das relações de gênero e memórias de lutas de vida vividas enquanto mulheres.

A temática de vivências de mulheres, em uma sociedade machista, onde o masculino, branco e heterossexual foi determinado como norma e mecanismo de submissão de maior poderio desde a colonização no Brasil (BURKE, 2005; AKOTIRENE, 2019), pode ser compreendida nas micro-histórias presentes na abordagem da Nova História Cultural, a qual ressalta vivências cotidianas, de pessoas que foram silenciadas no decorrer da história, em outras palavras, pessoas invisibilizadas e negadas em seus direitos, demandas e poderes. Assim, propõe-se também o diálogo com as histórias vista de baixo, não como perspectiva de inferioridade, mas de base das

[37] A formação completa da Isabela está disponível em seu currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8490193588867440

estruturas sociais, ou seja, mudando o paradigma de valoração aos historicamente considerados com maior poder social. Para Thompson (2001) a história vista de baixo encontra-se com a Nova História cultural no que concerne a valoração da vida cotidiana, proporcionando foco na história integral, ou seja, na pluralidade existente, enfatizando as subculturas, ou seja, as histórias de pessoas comuns (Burke, 2005), e na perspectiva de reflexões sobre mulheres, Burke (2005, p. 108) ressalta sobre a necessidade de distinção das visões masculinas e visões femininas e afirma que "[...] visões femininas eram o tempo todo encenadas na vida cotidiana, no processo de construção do gênero."

Sendo assim, a presença das mulheres aqui apresentadas para contarem suas memórias com e sobre movimentos sociais feministas, assim como sobre o papel social dos arquivos nos movimentos e em suas pesquisas acadêmicas, é de grande valia para com as histórias de mulheres brasileiras, sobretudo no momento tão difícil como o que vivenciamos no Brasil desde 2016 com o início do golpe presidencial da primeira Presidenta mulher que tivemos[38], e em consonância com Burke (2005, p. 65) possibilitar dialogar com vozes de mulheres é oportuno, já que por séculos a contribuição feminina para a cultura foi "[...] praticamente invisível na grande narrativa tradicional." (BURKE, 2005, p. 65), ou melhor invisibilizada.

Dessa maneira, objetiva-se neste nosso relato sobre os relatos das experiências dessas mulheres, e da qual agora somos, conscientemente, também partes, de propor reflexões que, ultrapassando o âmbito arquivístico no qual poderíamos localizar este nosso encontro, chegar a outras áreas, dialogar com outros atores, mas, em particular nas e a partir de experiências de mulheres participantes dos movimentos sociais e em arquivos.

Ajuda-nos no entendimento da proposta as palavras de Myrian Sepúlveda dos Santos (1998) ao afirmar que:

> A partir da década de 60, uma série de estudos, entre os quais destaco os de Erving Goffman (1959), priorizou a investigação das interações ocorridas entre atores sociais na vida cotidiana e as construções resultantes destas interações. Desta nova perspectiva, passou-se a afirmar que indivíduos constroem suas identidades e que a manutenção

[38] Saiba mais sobre o golpe de característica machista que o Brasil teve em 2016. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-golpe-e-patriarcal-sexista-capitalista-e-midiatico/ Acesso em: 07 abr. 2023.

> destas identidades depende do processo resultante das interações mantidas por estes indivíduos no processo de compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade. Identidades coletivas passaram a ser compreendidas a partir não só de um agregado de interações sociais, mas também da razão político-estratégica de atores sociais. Nas últimas duas décadas, podemos considerar como sendo quase um senso comum a ideia de que identidades coletivas são construções políticas e sociais e que devem ser tratadas como tal. Afinal, se identidades são construídas, a que interesses elas servem e quem são aqueles excluídos do processo? (SANTOS, 1998, [n.p]).

Então, o objetivo específico se delineou em refletir as tensões, demandas, atores e objetos que, viabilizando estratégias de interlocução no campo dos Arquivos e com os Movimentos Sociais em suas múltiplas possibilidades, conseguíssemos ampliar o número de atores que, compreendendo os espaços sociais dos documentos e dos arquivos, possam ser também agentes multiplicadores dessas compreensões e usos.

Metodologia

A metodologia é de cunho bibliográfico, inspiradas pela História Oral, na perspectiva de entrevistas que oportunizaram o encontro com memórias de história de vida de mulheres militantes políticas, feministas e estudiosas da temática envolvente dos movimentos sociais e feminismos.

Dessa maneira, Louro (1990) ressalta o encontro da história oral com as histórias de vida das mulheres, com possibilidades de descobertas que a narrativa tradicional às diminuiu ao longo dos tempos. Thompson enfatiza que (1992, p. 17) "[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas.". O autor menciona que é possível a evidência de fatos coletivos, já que "[...] A memória de um pode ser a memória de muitos [...]" (ibidem).

De acordo com Freitas (2006), na metodologia da História Oral, a pessoa entrevistada, considerada uma agente histórica, possui, mesmo inconscientemente, podemos completar, orientações que podem estar manifestadas nas omissões, e não apenas nas seletividades que explicitam durante as entrevistas. Não ignoremos seus significados. "[...] nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a

subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais." (FREITAS, 2006, p. 67).

A metodologia da pesquisa que também envolve natureza bibliográfica, a qual oportunizou a construção de diálogos e reflexões para a compreensão da temática analisada, baseada em autores que abordam temáticas feministas, micro-histórias presentes na abordagem da Nova História Cultural, memórias e arquivos (LOURO, 2014; GONZALEZ, 1988; TELES, 1993, 2007; BURKE, 2005; NORA, 1993; POLLAK, 1992).

Movimentos sociais e mulheres: memórias de vivências feministas

Intitulamos "Movimentos Sociais e arquivos: mulheres e suas memórias de luta", o encontro de diálogos entre mulheres que foi apresentado no Evento que culminou neste relato de experiência, e que nos possibilitou reflexões com diferentes áreas de conhecimento, abrangendo memórias e história de mulheres militantes políticas e feministas, assim como o papel social dos arquivos. Assim, enfatizando a interdisciplinaridade não como possibilidade de construção de novos saberes em si, mas como consciência sobre serem os fenômenos sociais um todo complexo do qual as disciplinas tendem a observar apenas um fragmento dessa realidade (SILVA, 2022, p. 47), podemos ainda seguir com inspirações na liberdade existencial de mulheres, Pombo (2005) ao afirmar que:

> [...] só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o *poder* que todo *saber* implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de *desejar* partilhá-lo. Como? Desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o. Ao contrário da fórmula repetida segundo a qual a nossa liberdade começa quando termina a liberdade do outro, para arriscar fazer interdisciplinaridade é necessário perceber que a nossa liberdade só começa quando começa a liberdade do outro. Ou seja, temos que dar as mãos e caminhar juntos. (POMBO, 2005, p. 13).

Sendo assim, reflexões no âmbito histórico e arquivístico, a partir das experiências de mulheres participantes de Movimentos Sociais e de estudiosas em diferentes áreas do conhecimento, compreendem-se os documentos como um artefato cultural que classifica sujeitos e conhecimentos, estabelecendo direitos e deveres; E gêneros como uma construção cultural dos sexos (SCOTT, 1995), os quais também foram classificados e impostos culturalmente suas atribuições de modos de viver (TELES, 2007; SOUZA, 2021). Então, compreendemos as construções culturais enfatizando as relações de poderes presentes nos documentos, ainda que independentemente de seus produtores, e também nas relações de gênero, ponto em comum que pode ser refletido. Quando pensamos gênero a partir da construção cultural com Scott (1995) e trazemos para o debate as bagagens coloniais com relação ao gênero feminino (ALMEIDA, 2020) de mulheres do Brasil – já que a identidade da mulher brasileira até hoje traz consigo a colonialidade no seu gênero, sendo que neste constructo cultural foram apagadas as culturas indígenas e africanas no modo de ser e existir como mulher. E analisando um pouco mais, importa frisar que o feminismo interseccional, descolonial e negro, nasceram desde que o primeiro navio negreiro saiu da África, conforme Akotirene (2019), o que permite o diálogo desses feminismos existentes no Brasil, os quais se entrelaçam em suas micro-histórias desde seus surgimentos.

"A teoria dos movimentos sociais traz diferentes pontos de discussão de acordo com a corrente teórica e em nenhuma se consegue de fato definir movimentos sociais, pois são considerados dinâmicos e estão em constante fluxo, [...]." (MEDEIROS, 2022, p. 03). Ou seja, os movimentos sociais são dinâmicos pois as pautas são causas dos mais diferentes níveis e estão em constante fluxo já que novas pautas são incluídas quando as demais já foram conquistadas. A exemplo o voto feminino, quando iniciou a luta pelo sufrágio feminino no final do século XIX e a sua conquista em 1932, não significou que a luta feminina cessou, já que essa conquista permitia que apenas mulheres casadas podiam votar. Ou seja, a luta continuou e incluíram-se novas batalhas como a inclusão de mulheres na política e, consequentemente, pautas do gênero feminino.

Portanto, os movimentos sociais criados a partir das décadas de 1970 e 1980 que são, usualmente, chamados de "novos movimentos sociais", detêm uma característica bastante peculiar, visto que "[...] não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social." (GOHN,

2014, p. 12). Nota-se que essa natureza do dinamismo é um valor intrínseco dessas organizações denominadas movimentos, que podem ser definidos como "[...] sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos." (TARROW, 2009, p. 18).

Portanto, se as ações dos movimentos sociais resultam na produção de diferentes tipos de registros, se quisermos diferenciá-los como produtos dos movimentos sociais mais comuns nos quais predominam a informalidade de suas ações, ou conjuntos documentais de características burocráticas formais, devemos, consequentemente, valorizar os arquivos onde guardam os testemunhos dessas ações. Por isso, o caráter social dos arquivos a partir de seus acervos como fontes de informação para o que podemos entender como uma das bases materiais de construção das memórias e das identidades de grupos e sujeitos, assim como objetos culturais de uso pragmático e social na satisfação dos serviços públicos do nosso cotidiano, foi notado nas reflexões oriundas das memórias das militantes políticas, feministas e estudiosas sobre a temática envolvente de movimentos sociais e do feminismo.

Importa ressaltar que, embora a presente temática se baseie em três pilares: a memória de mulheres, os movimentos sociais e os arquivos (documentos), temos consciência de que suas potencialidades a partir da análise de outros especialistas e em outros contextos. Os documentos de arquivos ou registros dos movimentos sociais representam as ações dessas instituições que, conscientemente ou não, auxiliam na elaboração de referenciais de uma memória coletiva, logo, contribuem para a construção de uma dada identidade, podendo ser individual ou coletiva (grupo). Conforme afirma Pollak (1992) ao enfatizar que a construção da identidade está diretamente relacionada a um fenômeno social em que seu resultado afeta aos outros por meio da negociação, ou seja, é um fenômeno que envolve a aceitabilidade, a admissibilidade e a credibilidade, mas sobre os quais também contribuímos enquanto indivíduos. Somos afetados mas também afetamos os outros.

Nesse sentido, os arquivos são vistos, muitas vezes, pela sociedade, como lugares de guarda de documentos que auxiliam no processo de negociação, mas que também materializam essas negociações, assim como, enquanto produto das atividades administrativas dos órgãos públicos, também demonstram os conflitos e as parcialidades

dos atores que sobre eles atuam em diferentes campos de interesses científicos, culturais, sociais e históricos. Mas há também o seu aspecto da custódia e institucionalização de memória, dimensão mais reconhecida como neles existentes, uma vez que os documentos presentes em um arquivo refletem, direta ou indiretamente, critérios de credibilidade, de aceitabilidade e admissibilidade, das forças, dos atores, dos ganhos, das perdas, dos sucessos e dos fracassos das forças dominantes nas instituições que ainda denominamos como de memória, mas também nas que estão responsáveis pela formação de profissionais que trazem pra si a "autoridade de especialistas" e, portanto, de definirem o que e quem terá "direito à imortalidade".

Corroborando, Halbwachs (2006) enfatiza que as lembranças são coletivas, ou seja, "[...] que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes." (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Não por acaso atribui-se aos arquivos o termo "lugares de memória", que "[...] são antes de tudo, restos." (NORA, 1993, p. 12). Em que pese serem esses "lugares de memória", uma potencialidade, visto ser a memória social um produto do presente sempre inacabado e transitório, não temos como negar que os arquivos estão imbuídos pela aura da memória, ou das memórias se assim desejarmos, mas também do simbolismo que atribuímos a materialidade de onde e do que registramos a partir da sua força coercitiva enquanto instrumento formal de organização social dos estados modernos, em especial sua vertente "panóptica", se quisermos pensar a partir de Foucault (2005) ao fazer referência a "sociedade disciplinar", que se constrói e consolida pelas estruturas burocráticas de produção do conhecimento, e dos sujeitos de conhecimento, que, pela "vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade" (FOUCAULT, 2005, p 103).

Assim foram as narrativas apresentadas no V Encontro, pois trazem três perspectivas e vivências totalmente diferentes e ao mesmo tempo convergentes e negociadas a partir dos contextos que as inserem em suas múltiplas identidades, pois são mulheres que relatam suas vivências, não raras simultâneas, das experiências das lutas como representantes de minorias de direitos, da Academia e dos arquivos.

Com relação às mulheres e suas memórias de luta, e por que não de todos nós?- e a busca de transformação com os movimentos sociais, Teles (1993, p. 09) ressalta que

pensar as lutas feministas "[...] é assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos.", e, em consonância com a autora, compreende-se feminismo como um movimento político que indaga insistentemente as relações de poder (TELES, 1993).

Ainda, destaca-se que a narrativa de duas mulheres, Amelinha e Tânia, estavam diretamente relacionadas à memória traumática, uma pela experiência vivida diretamente e outra indiretamente. "[...] Se passarmos em silêncio sobre elas em proveito de uma boa vontade piegas, então o discurso de memória corre o risco de recair na ineficácia dos bons sentimentos ou, pior ainda, numa espécie de celebração vazia, rapidamente confiscada pela história oficial." (GAGNEBIN, 2004, p. 89). Portanto, trazer essas narrativas à tona, prevalece a transmissibilidade, ou seja, o não desaparecimento. A história se faz a partir de narrativas:

> Nesse sentido, uma ampliação do conceito de *testemunha* se torna necessária; a testemunha não seria somente aquele que viu com os próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras *revezem* a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar a esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2004, p. 91, grifos da autora).

Miguel e Biroli (2014, p. 07) ressaltam que "[...] toda teoria feminista é política [...]", enfatizando o maior diálogo entre feminismos no plural, ou seja, com possibilidades mais amplas nacionais e internacionais entre gênero, raça/etnia e classe, abrindo espaços para as intersecções:

> [...] vale observar que o feminismo não se debruça sobre uma questão "localizada". As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é um

> dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 07).

Assim, o feminismo propõe um "novo viver" para tudo o que se liga ao feminino, como as crianças e toda a comunidade LGBTQIAP+[39] e, também aos homens, os quais também são prejudicados pelo machismo, principalmente em demonstrar suas fragilidades e sentimentos humanos.

O feminismo como uma luta de independência das mulheres é enfatizado por Burke (2006, p. 65), possibilitando "[...] desmascarar os preconceitos masculinos, como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional."

Mulheres e suas lutas dialogam com a Nova História Cultural e a História Oral, as quais, proporcionam oportunidade de afirmações de (re)existências da presença de mulheres nos movimentos sociais e suas micro-histórias, as quais por séculos foram suscetíveis de apagamento por uma narrativa tradicionalmente marcada pela masculinidade e seus poderes de vida e de morte para com as mulheres. Importa ressaltar Olympe de Gouges que em 1793 foi guilhotinada na França, por realizar a proposta de uma Declaração dos Direitos da Mulher e da cidadã (1791), visando igualdade para com a declaração dos Direitos do Homem e do cidadão (1789).

Valor de um tempo que muitos gostariam que fosse superado, mas que infelizmente ainda está presente em nosso cotidiano, a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não fazia nenhuma menção às mulheres. Não por acaso, no caminhar para o final desse nosso artigo, somos brutalmente impactados, mas sem surpresas é verdade infelizmente, com as imagens de um vídeo que "documenta" um estupro de uma mulher por um médico no exercício de suas funções em uma instituição pública de saúde na cidade do Estado do Rio de Janeiro[40], exemplificando como as vivências patriarcais advindas com a colonização europeia são ainda uma realidade, as quais desdobram-se em machismos, sexismos e misoginias diárias vivenciadas por mulheres[41].

---

[39] Lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queer, intersexos, assexuados, pansexuais e outres.

[40] Saiba mais nesta reportagem disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/11/anestesista-e-preso-em-flagrante-por-estupro-de-paciente-no-hospital-da-mulher-no-rj.ghtml. Acesso: em 07 abr. 2023.

[41] Conforme o dicionário, machismo refere-se à "[...] Opinião ou atitudes que discriminam ou recusam a ideia de igualdade dos direitos entre homens e mulheres [...]"; Sexismo como "[...] Atitude, discurso ou

Souza (2021, p. 47) afirma que "[...] no Brasil, apenas em 1962, com a criação do Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.212/1962), mulheres que eram casadas não precisariam mais de autorização do marido para com as atividades laborais fora do lar, em 1974 foi possível que mulheres portassem cartões de crédito e a lei do divórcio só aconteceu em 1977.[42] (BURKE, 2005; TELES, 2007)".

Desse trágico exemplo, resta-nos como perspectivas de esperanças sobre uma sociedade mais digna e dos usos dos documentos e registros como instrumentos sociais importantes, chamar a atenção para o fato de as denunciantes do crime, todas mulheres, tendo consciência de que suas denúncias verbais não seriam suficientes no acolhimento de medidas administrativas e judiciais, podendo inclusive serem prejudicadas por ferirem esses valores patriarcais machistas, resolveram filmar as agressões de estupro, isso é resolveram documentar os crimes. É, por exemplo, a partir dessa apropriação cotidiana que que se pode conscientizar sobre as funções sociais dos documentos. Sobre como os registros possuem uma força probatória que, dentro de determinados aspectos não os podemos ignorar naquilo que demandamos como direitos.

Ressalta-se que as possibilidades de vidas públicas para as mulheres brasileiras atuarem profissionalmente fora de seus lares, iniciaram-se apenas no final do século XIX com a feminização do magistério (DEMARTINI; ANTUNES, 1993), e frisa-se que essas mulheres eram brancas e da elite, pois as negras e indígenas já exerciam lugares sociais como "chefas de famílias" desde o "final" da escravidão, conforme Gonzalez (1988).

Em sua pesquisa, Souza (2021) enfatiza o privilégio de ser branca e da elite para estar na docência, sendo assim, o início da oportunidade de labor para mulheres brasileiras, já se iniciou a partir das diferenças, envolvendo classe, raça e gêneros. Além do mais, Louro (2014, p. 21) menciona que todo silenciamento e invisibilidade posto historicamente à mulheres desencadeou como consequência a "[...] invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência.", o que oportuniza tanto mulheres quanto homens e pessoas que não se identificam na binariedade de gêneros[43], da comunidade

comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual [...]"; e misoginia sendo "[...] Sentimento de repulsa e/ou aversão às mulheres. [...]" Disponíveis em: https://www.dicio.com.br/machismo/;https://www.dicio.com.br/sexismo/ ;https://www.dicio.com.br/misoginia/ Acesso em: 07 abr. 2023.

[42] Leia mais sobre as conquistas do feminismo no Brasil em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/

[43] Duque (2019, p. 18) ressalta a binariedade como "[...] a questão do "ser homem" e "ser mulher", demarcação tão naturalizada e historicamente sedimentada como verdade segura em nosso meio". Sendo

científica se unirem para transformar a sociedade em que vivemos, principalmente em uma conjuntura política que desvaloriza o feminino e seus direitos. Atualmente são consideradas violações de direitos humanos os preconceitos construídos historicamente para com as mulheres (TELES, 2007) e os movimentos sociais com a presença de mulheres e suas articulações são essenciais para com as transformações sociais.

Considerações finais

Compreende-se que a partir da proposta discutida durante o V Encontro Nacional de Arquivos e Movimentos Sociais, que os movimentos sociais constituídos ou não juridicamente, como partes integrantes de nossa sociedade, compartilham sobre muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo x sociedade.

Embora os movimentos sociais feministas estejam sujeitos aos mesmos critérios normativos da burocracia estatal, a documentação por eles produzida não são geralmente consideradas como de importância por eles mesmos e, como desconhecimento ou projeto de silenciamento, por outras classes sociais que detêm o controle das instituições, inclusive das que nos formam profissional e socialmente, e que produzem seus registros, são frequentemente menosprezados. Isto é, a pouca importância dada aos documentos produzidos no âmbito dos movimentos sociais, ou seja, relacionados as suas bandeiras de luta, se deve ao fato do "simples" desconhecimento por parte dos militantes envolvidos, da importância dos arquivos enquanto ferramenta social e, portanto, enquanto elementos fundamentais na trajetória desses grupos e/ou pela ação proposital de determinados agentes na intenção de silenciar ou por no esquecimento determinadas reinvindicações ou grupos.

É preciso compreender os aspectos das diversidades culturais, sociais, religiosas e sexuais, inerentes à sociedade brasileira, como uma necessidade de comprometimento ético e profissional capaz de evitar que a nossa visão de mundo (um olhar excessivamente etnocêntrico, preconceituoso e pessoal), exclua a possibilidade "dos outros" de se verem representado e de terem acesso aos documentos que digam respeito a eles e a todas as suas manifestações.

que referida verdade têm suas raízes na colonização europeia do Brasil, a qual excluiu outras formas de viver e relações de gêneros nas diversas culturas dos povos originários das terras que hoje denominamos como brasileiras e de todo o continente Africano.

Nesse contexto, e considerando a cultura de desvalorização das ações políticas, o desenvolvimento desse segmento Arquivos e Movimentos Sociais, exige diálogos de diferentes dimensões, sobre as quais temos condições de participar a partir de relatos das experiências vividas por diferentes atores sociais. A proposta do V Encontro permitiu a formação de uma rede colaborativa capaz de subsidiar as orientações técnicas (mas não tecnicistas) de organização de documentos e a formação de atores.

Conclui-se que partindo das experiências e das especialidades do direito, da cultura, da antropologia, do meio ambiente, do empreendedorismo, da sustentabilidade, da administração, da reforma agrária, da demarcação de terras Indígenas e Quilombolas, dos tombamentos e declaração de interesse público, do LGBTQIA+, etc., permita-nos entender e ajustar as demandas pelo acesso aos documentos e informações que, produzidas e/ou custodiadas pelos órgãos públicos, e pelos próprios Movimentos Sociais, possam contribuir para suas e nossas conquistas, construindo coletivamente uma visão mais ampla sobre a importância social dos diferentes documentos (independentemente dos suportes e graus de formalidades) para os mais variados atores sociais.

Dessa forma, reflexões interdisciplinares para com a temática de memórias de lutas de mulheres dos movimentos sociais foram alcançadas em referido evento, assim como enfatiza-se o reconhecimento do caráter social dos arquivos a partir de seus acervos como fontes de informação para a construção da memória e das identidades, demonstrando não apenas as dimensões políticas dos profissionais que tratam tais registros e documentos, mas também a importância da caminhada conjunta dos feminismos e os arquivos para a valoração das memórias de lutas de mulheres nos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. (1ª ed.) São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, H. B. Gênero. Mulheres na Filosofia. Campinas: Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, V. 6, n.. 3, 2020, p. 33-43. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-G%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 07 abr. 2023.

BURKE, P. *O que é História Cultural?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DE CERTEAU, M. “A operação histórica”. In: Le Goff, J.; Nora, P. (ed). *História: novos problemas.* (pp. 17-48). Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.86, ago., p. 05-14, 1993. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934. Acesso em: 08 jul. 2019.

DUQUE, T. *Gêneros Incríveis*: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. 2 ed., Salvador: Editora Devires, 2019.

FREITAS, S. M. de. *História Oral:* possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1996.

GAGNEBIN, J. M.. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs). *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 83-92.

GOHN, M. da G.. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93; 69-82, jan./jun., 1988.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
LOURO, G. L. A História (Oral) da educação: Algumas Reflexões. *Em aberto*, n. 47, v.9, Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1781/1752.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEDEIROS, R. P. Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28.n. 4, out./dez. 2022, p. 1-26.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, v. 10, n.2, p. 07-28, 1993.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992. v.5, n.10, p. 200-212.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Rio de Janeiro: *Liinc em Revista*, v.1, n.1, março 2005. p. 3 -15.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.38, Out 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade,* Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Flávio Leal da. Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. *Edição especial II ABM – Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração*, v.5, 2022, p.47.

SOUZA, A. L. B. R. de. *Professoras de gerações distintas (1938-1985), frente representações impostas sobre mulheres na docência:* uma análise histórica. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGE-UNESP/FFC-Marília, Marília, 2021. Orientadora: Dra. Rosane Michelli de Castro.

TARROW, S. *O poder em movimento:* movimentos sociais e confronto politico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

TELES, M. A. A. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, M. A. A. *O que são os Direitos Humanos das mulheres?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/07/2022
Aprovado em: 28/04/2023